



**IDENTIDADE LÍNGUÍSTICA E CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA:
ações pedagógicas para práticas inclusivas do aluno surdo**

**LINGUISTIC AND CULTURAL IDENTITY OF THE DEAF COMMUNITY:
pedagogical actions for inclusive practices for deaf Students**

**IDENTIDAD LINGÜÍSTICA Y CULTURAL DE LA COMUNIDAD SORDA:
acciones pedagógicas para prácticas inclusivas del estudiante sordo**

Francisco Edviges Albuquerque

Pós-Doutorado. Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
Grande área: Linguística, Letras e Artes /Área: Linguística (2012 – 2013)
Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense (2007).
Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999),
Coordenador do LALI - Laboratório de Línguas Indígenas da UFNT e do NEPPI-Núcleo de Estudos e Pesquisas
com Povos Indígenas.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0970037008835563>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3618-2258>
E-mail: francisco@ufnt.edu.br

Lisanir Cardoso Chaves

Doutoranda em Linguística do PPGLIT na UFNT, Universidade Federal do Norte do Tocantins.
Mestra em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Estadual da Região
Tocantina - UEMASUL (2022-2024)
Graduada em Pedagogia, pela Faculdade de Imperatriz - FACIMP (2012) e Segunda Licenciatura em Letras
Libras, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI (2022)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8021759636744039>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1112-6702>
E-mail: lisanir.chaves@ufnt.edu.br

Mariana Ferreira Albuquerque

Doutoranda em Linguística do PPGLIT na UFNT, Universidade Federal do Norte do Tocantins.
Mestra em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL), do
Câmpus de Araguaína.
Graduada em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins (2016) e graduada em Pedagogia
pela Faculdade Integrada de Araguaínas (2018).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0970037008835563>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9574-3494>
E-mail: mariana@ufnt.edu.br

Resumo:

O presente artigo analisa a identidade linguística e cultural da comunidade surda no contexto da educação básica, problematizando os processos de invisibilização ainda presentes nas práticas escolares. Parte-se da compreensão da surdez como diferença cultural, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como elemento estruturante da constituição identitária do sujeito surdo. O estudo caracteriza-se como revisão integrativa da literatura, com recorte temporal de 2010 a 2026, realizada nas bases SciELO e Portal de Periódicos CAPES, seguindo etapas sistematizadas inspiradas no protocolo PRISMA 2020. Foram identificados 60 estudos, dos quais 19 compuseram o corpus analítico. Os resultados evidenciam três eixos centrais: (i) a consolidação da perspectiva cultural da surdez; (ii) a permanência de práticas escolares centradas na lógica ouvinte; e (iii) a educação bilíngue como estratégia de resistência e afirmação cultural. Constatou-se que, embora haja avanços normativos, a inclusão do estudante

**IDENTIDADE LINGÜÍSTICA E CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA:
ações pedagógicas para práticas inclusivas do aluno surdo**
Francisco Edviges Albuquerque; Lisanir Cardoso Chaves; Mariana Ferreira Albuquerque

surdo ainda ocorre, em muitos contextos, de forma predominantemente integradora, sem o reconhecimento pleno de sua identidade linguística. Conclui-se que a consolidação da educação bilíngue constitui condição essencial para a preservação da identidade surda e para a construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Palavras-chave: Identidade surda; cultura surda; educação bilíngue.

Abstract:

This article analyzes the linguistic and cultural identity of the Deaf community within the context of basic education, addressing processes of invisibilization that persist in school practices. The study is grounded in the understanding of deafness as a cultural difference, recognizing Brazilian Sign Language (Libras) as a structuring element in the constitution of Deaf identity. This research is characterized as an integrative literature review, covering the period from 2010 to 2026, conducted in the SciELO and CAPES Periodicals databases, following systematized procedures inspired by the PRISMA 2020 protocol. Sixty studies were initially identified, of which nineteen composed the final analytical corpus. The findings revealed three central axes: (i) the consolidation of the cultural perspective of deafness; (ii) the persistence of school practices centered on hearing-oriented logic; and (iii) bilingual education as a strategy of resistance and cultural affirmation. The analysis indicates that, despite significant legal advances, the inclusion of Deaf students often remains primarily integrative, without full recognition of their linguistic identity. It is concluded that the consolidation of bilingual education constitutes an essential condition for the preservation of Deaf identity and for the development of genuinely inclusive pedagogical practices.

Keywords: Deaf identity; deaf culture; bilingual education.

Introdução:

A educação de pessoas surdas no Brasil tem sido marcada por profundas transformações ao longo das últimas décadas. Durante um extenso período histórico, predominou uma perspectiva que compreendia a surdez sob o viés clínico e reabilitador, enfatizando a oralização como estratégia prioritária de integração social. Esse modelo, ao privilegiar a adaptação do sujeito surdo à norma ouvinte, contribuiu para a marginalização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para o apagamento de dimensões culturais constitutivas da comunidade surda.

A partir do reconhecimento legal da Libras por meio da Lei nº 10.436/2002 e de sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005, observa-se um deslocamento paradigmático no campo educacional. A surdez passa a ser compreendida não apenas como condição sensorial, mas como experiência linguística e cultural específica, associada à constituição de uma comunidade com práticas sociais, valores e formas de interação próprias. Essa mudança fortalece a perspectiva bilíngue, que reconhece a Libras como primeira língua da pessoa surda e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua.

Apesar dos avanços normativos e do fortalecimento do discurso inclusivo, a realidade escolar ainda evidencia tensões significativas. Em muitos contextos, a inclusão do aluno surdo ocorre de forma predominantemente integradora, centrada na presença física em salas regulares, mas sem o devido reconhecimento da centralidade da língua de sinais na mediação pedagógica.

Nesses cenários, a Libras é frequentemente tratada como instrumento auxiliar, e não como língua estruturante da identidade, o que pode resultar em processos sutis de invisibilização cultural.

Diante desse cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: em que medida as práticas escolares inclusivas têm, paradoxalmente, contribuído para a manutenção de processos de invisibilização da identidade surda, e como a educação bilíngue pode constituir-se como estratégia de resistência e afirmação cultural no contexto da educação básica?

O objetivo geral deste estudo é analisar como a identidade linguística e cultural da comunidade surda tem sido abordada nas discussões educacionais e de que modo a educação bilíngue é apresentada como condição fundamental para práticas inclusivas que respeitem e fortaleçam essa identidade.

Como objetivos específicos, busca-se: (a) examinar os fundamentos teóricos que sustentam a concepção cultural da surdez; (b) identificar elementos que evidenciam a invisibilização identitária nas práticas escolares; e (c) discutir a educação bilíngue como política linguística e pedagógica orientada para o reconhecimento e a valorização da diferença.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de aprofundar o debate sobre inclusão escolar para além da dimensão formal do acesso. A presença do aluno surdo na escola regular não garante, por si só, o reconhecimento de sua identidade linguística e cultural. Quando a estrutura pedagógica permanece ancorada exclusivamente em referenciais ouvintes, perpetuam-se desigualdades simbólicas que comprometem a efetivação de uma educação equitativa. Nesse sentido, discutir a educação bilíngue como estratégia de resistência cultural implica reconhecer que a língua é elemento estruturante da identidade e condição para a participação plena nos processos educativos.

Assim, sustenta-se a tese de que, embora o arcabouço legal brasileiro represente avanço significativo na garantia de direitos linguísticos, a identidade surda ainda enfrenta processos de invisibilização nas práticas escolares. A educação bilíngue, ao reconhecer a Libras como língua de instrução e mediação, configura-se não apenas como alternativa pedagógica, mas como fundamento para a preservação e o fortalecimento da identidade cultural da comunidade surda.

Metodologia:

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa. A revisão integrativa é compreendida como um método que permite a síntese de resultados de pesquisas sobre um determinado tema, possibilitando a articulação de estudos teóricos e empíricos e contribuindo para a compreensão ampliada do fenômeno

investigado (Gil, 2019). Diferentemente de revisões estritamente sistemáticas, a revisão integrativa admite diversidade metodológica, desde que mantenha critérios claros de seleção e análise.

O recorte temporal adotado compreendeu o período de 2010 a 2026, considerando a consolidação das discussões acerca da educação bilíngue após a regulamentação da Lei nº 10.436/2002 pelo Decreto nº 5.626/2005, bem como os avanços normativos e acadêmicos relacionados à identidade linguística e cultural da comunidade surda.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: SciELO, Portal de Periódicos CAPES e bases nacionais de periódicos da área da Educação. Foram utilizados os seguintes descritores, isoladamente e combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR: “identidade surda”, “cultura surda”, “educação bilíngue”, “Libras”, “educação de surdos” e “práticas pedagógicas inclusivas”.

O processo de seleção dos estudos seguiu as etapas recomendadas pelo protocolo PRISMA 2020, adaptado à natureza integrativa desta pesquisa. Inicialmente, foram identificados 60 registros nas bases de dados selecionadas. Após a remoção de cinco registros duplicados, permaneceram 55 estudos para a etapa de triagem, na qual foram analisados títulos e resumos. Nessa fase, 16 produções foram excluídas por não apresentarem aderência direta ao eixo identitário-cultural ou por tratarem de temáticas não relacionadas à surdez.

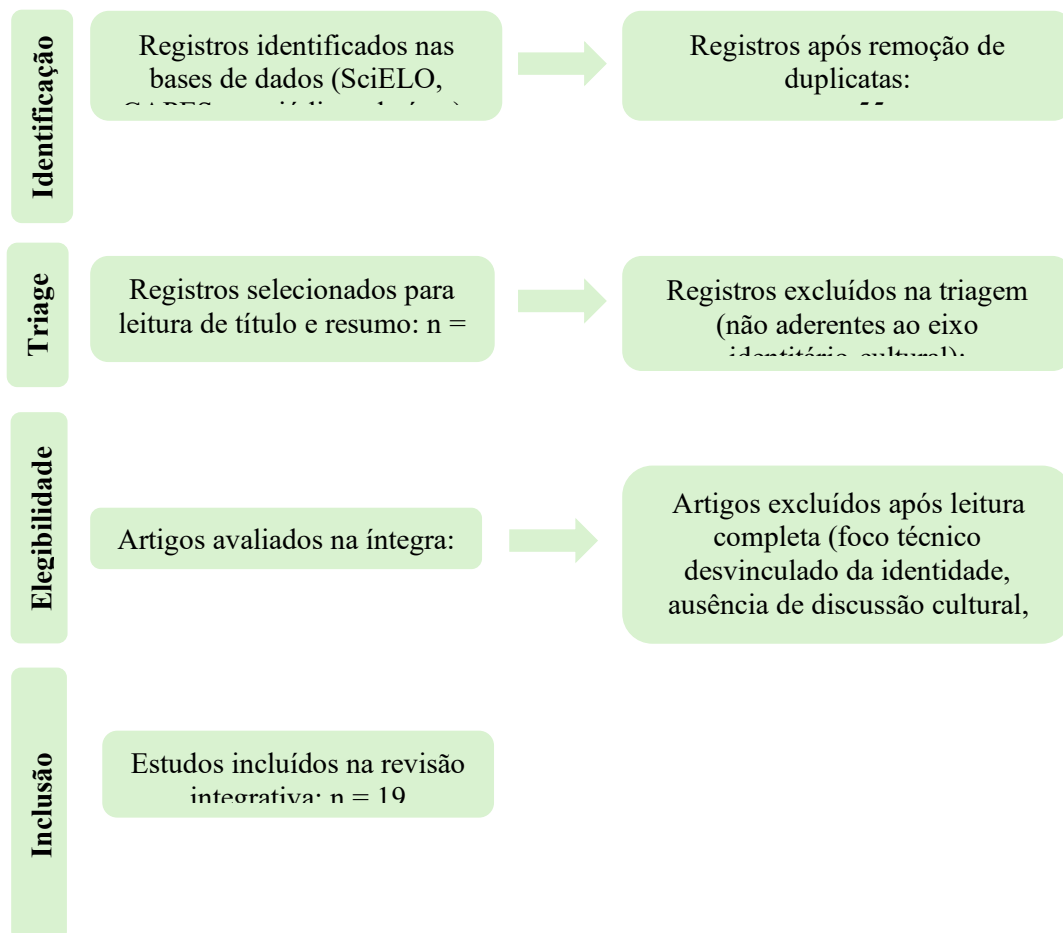
Na etapa de elegibilidade, 39 estudos foram submetidos à leitura integral. Após análise detalhada, 20 produções foram excluídas por não contemplarem de forma consistente a discussão sobre identidade linguística e cultura surda ou por apresentarem foco excessivamente técnico. Ao final do processo, 19 estudos compuseram o corpus analítico da revisão integrativa.

Foram adotados como critérios de inclusão: (a) estudos publicados entre 2010 e 2026; (b) produções que abordassem explicitamente identidade surda, cultura surda ou educação bilíngue; (c) textos que discutissem práticas pedagógicas na perspectiva cultural da surdez; e (d) documentos normativos que fundamentam a política educacional voltada à educação de surdos no Brasil. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se estudos duplicados, pesquisas que não apresentassem interface com o eixo identitário-cultural e produções cujo foco estivesse restrito a outras áreas da educação especial sem relação direta com a temática investigada.

O processo de seleção foi organizado conforme fluxograma (Figura 1) adaptado das diretrizes do PRISMA 2020, contemplando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. A análise dos estudos selecionados foi conduzida por meio de leitura analítica e categorização temática, organizando-se os achados em três eixos interpretativos: (i) identidade

e cultura surda; (ii) invisibilização nas práticas escolares; e (iii) educação bilíngue como estratégia de resistência e afirmação cultural.

FIGURA 1. FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ESTUDOS



Fonte: Elaborado pelos autores

Resultados e Discussão:

A análise dos 19 estudos selecionados evidenciou a recorrência de três eixos centrais nas produções científicas examinadas: (i) a compreensão da surdez como diferença linguística e cultural; (ii) a permanência de processos de invisibilização da identidade surda nas práticas escolares; e (iii) a defesa da educação bilíngue como estratégia de resistência e afirmação identitária. Observou-se que, embora haja avanços significativos no reconhecimento legal da Libras e na consolidação da perspectiva bilíngue, as práticas educacionais ainda revelam tensões entre inclusão formal e reconhecimento cultural efetivo.

**IDENTIDADE LÍNGUÍSTICA E CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA:
ações pedagógicas para práticas inclusivas do aluno surdo**
Francisco Edviges Albuquerque; Lisanir Cardoso Chaves; Mariana Ferreira Albuquerque

QUADRO 1 – SÍNTESE DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO INTEGRATIVA

Autor/Ano	Tipo de Estudo	Objetivo	Eixo Temático	Principais Achados/Contribuições
Argolo e Francisco (2025)	Artigo	Analisar avanços e desafios da educação bilíngue no Brasil	Educação Bilíngue	Evidencia expansão de políticas bilíngues, mas aponta desigualdades regionais
Bolfé et al. (2025)	Artigo	Discutir Libras como instrumento de inclusão	Práticas Pedagógicas	Mostra que Libras ainda é tratada como recurso adaptativo
Brasil (2015) – LBI	Documento legal	Garantir direitos da pessoa com deficiência	Marco Legal	Reconhece direitos linguísticos e educacionais
Brasil (2018) – BNCC	Documento normativo	Orientar currículo da educação básica	Marco Legal	Reconhece diversidade, mas depende de implementação local
Clemente (2025)	Monografia	Analisar desafios do aluno surdo na escola regular	Invisibilização Escolar	Evidencia inclusão formal sem reconhecimento cultural
Cruz e Prado (2018)	Artigo	Discutir histórico da educação de surdos	Identidade/Cultura	Mostra transição do modelo clínico ao cultural
Ferreira (2021)	Artigo	Investigar desafios pedagógicos na inclusão do aluno surdo	Práticas Pedagógicas	Destaca fragilidades na formação docente
Ferreira e Bastos (2025)	Artigo	Examinar práticas mediadas por Libras	Práticas Pedagógicas	Aponta importância da Libras como mediação ativa
Jesus et al. (2024)	Artigo	Discutir educação bilíngue no Brasil	Educação Bilíngue	Defende bilinguismo como política linguística
Lopes, Rosa e Kraemer (2023)	Artigo	Analisar comunidades surdas e educação bilíngue	Educação Bilíngue	Relaciona bilinguismo à resistência cultural
Nunes (2024)	Dissertação	Investigar emergência da modalidade bilíngue	Educação Bilíngue	Relaciona avanços às mobilizações da comunidade surda
Perlin (2010)	Livro	Discutir políticas linguísticas e identidade surda	Identidade/Cultura	Identidade construída por pertencimento linguístico
Roitberg (2019)	Monografia	Analisar cultura surda na escola regular	Invisibilização Escolar	Evidencia neutralidade escolar como mecanismo de apagamento

**IDENTIDADE LÍNGÜÍSTICA E CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA:
ações pedagógicas para práticas inclusivas do aluno surdo**
Francisco Edviges Albuquerque; Lisanir Cardoso Chaves; Mariana Ferreira Albuquerque

Santos, Mendes e Kodama (2023)	Artigo	Investigar práticas inclusivas na educação de surdos	Práticas Pedagógicas	Reforça valorização das potencialidades
Skliar (2013)	Livro	Problematizar a surdez sob perspectiva da diferença	Identidade/Cultura	Crítica o ouvintismo estrutural
Strobel (2009)	Livro	Analisar cultura surda e representações sociais	Identidade/Cultura	Destaca centralidade da visualidade
Quadros (1997)	Livro	Estudar aquisição da linguagem por surdos	Identidade/Linguagem	Libras como base do desenvolvimento cognitivo
Brasil (2002) – Lei 10.436	Documento legal	Reconhecer oficialmente a Libras	Marco Legal	Legitima Libras como língua
Brasil (2005) – Decreto 5.626	Documento legal	Regulamentar ensino de Libras	Marco Legal	Estabelece diretrizes para educação bilíngue

Fonte: elaborado pelas autoras

O Quadro 1 sintetiza os estudos analisados, destacando seus objetivos, abordagens metodológicas e principais contribuições para o debate acerca da identidade linguística e cultural da comunidade surda. A partir dessa organização temática, os resultados são apresentados e discutidos nos subtópicos a seguir.

Identidade e cultura surda: entre diferença linguística e afirmação cultural

A compreensão da surdez como diferença cultural constitui um dos marcos mais significativos nas transformações epistemológicas ocorridas no campo da educação de surdos nas últimas décadas. Historicamente, a surdez foi interpretada sob uma perspectiva biomédica, centrada na deficiência auditiva e na tentativa de correção ou compensação da ausência da audição. Tal leitura produziu impactos profundos na organização escolar, estruturando práticas pedagógicas voltadas prioritariamente à oralização e à adaptação do sujeito surdo aos padrões da maioria ouvinte.

Entretanto, a partir do fortalecimento dos estudos culturais e linguísticos, emergiu uma nova abordagem que desloca o foco da deficiência para a diferença. Nesse contexto, a identidade surda passa a ser compreendida como construção social e cultural, constituída por meio da língua de sinais, das experiências compartilhadas e da participação em uma comunidade linguística específica. A Libras, nesse sentido, não se restringe a instrumento

comunicativo, mas assume papel estruturante na constituição subjetiva e coletiva dos sujeitos surdos.

Perlin (2010) destaca que a identidade surda é atravessada por processos de pertencimento e reconhecimento que se consolidam no interior da comunidade surda, espaço no qual a língua de sinais ocupa centralidade simbólica. Essa identidade não é homogênea, tampouco fixa; ela é dinâmica e se constrói nas interações sociais, nas experiências educacionais e nos contextos culturais. A autora enfatiza que o reconhecimento da diferença linguística é condição essencial para a consolidação de práticas educativas que respeitem a singularidade do sujeito surdo.

Na mesma direção, Strobel (2009) argumenta que a cultura surda se manifesta por meio de valores, tradições, narrativas e formas próprias de percepção do mundo, fortemente marcadas pela visualidade. A experiência visual não se limita a um recurso sensorial substitutivo, mas configura-se como modo específico de organização da experiência social. A centralidade da visão na constituição da cultura surda influencia a organização dos espaços, das interações e das estratégias pedagógicas, exigindo da escola uma reorganização que vá além da mera presença de intérprete.

Skliar (2013), ao problematizar a lógica ouvintista, evidencia como a escola historicamente operou a partir de parâmetros normativos que invisibilizam a diferença surda. O ouvintismo, entendido como conjunto de práticas e discursos que privilegiam a perspectiva ouvinte como padrão universal, produz mecanismos sutis de exclusão simbólica. Mesmo em contextos que se autodenominam inclusivos, persistem práticas que subordinam a Libras à língua majoritária, reforçando a ideia de que o surdo deve adaptar-se à norma predominante.

A contribuição de Quadros (1997) reforça a centralidade da língua de sinais no desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança surda. A autora demonstra que a aquisição da Libras como primeira língua constitui condição fundamental para o acesso ao conhecimento e para a aprendizagem da língua portuguesa na modalidade escrita. A ausência de um ambiente linguístico adequado compromete não apenas o desempenho acadêmico, mas também a construção identitária, uma vez que a língua é elemento estruturante da subjetividade.

Nesse sentido, a identidade surda não pode ser dissociada da dimensão linguística. A invisibilização da Libras no contexto escolar implica, simultaneamente, o apagamento simbólico da identidade cultural do estudante surdo. Quando a língua de sinais é tratada como suporte secundário ou como recurso adaptativo, nega-se o reconhecimento de sua legitimidade enquanto língua de instrução e de produção de conhecimento.

Roitberg (2019), ao analisar a cultura surda em contextos escolares indiferentes às diferenças, evidencia que a presença do aluno surdo na escola regular não garante, por si só, o reconhecimento de sua identidade. Em muitos casos, observa-se uma inclusão formal, mas não cultural, marcada por práticas que mantêm a hegemonia da língua oral e da lógica pedagógica centrada na experiência ouvinte. Tal cenário revela que a inclusão, quando desvinculada do reconhecimento linguístico, pode reproduzir desigualdades simbólicas.

A análise dos estudos selecionados nesta revisão evidencia que a identidade surda se constitui em permanente tensão entre reconhecimento e invisibilização. De um lado, há avanços normativos e teóricos que reconhecem a surdez como diferença cultural; de outro, persistem práticas escolares que operam a partir de referenciais homogeneizantes. Essa tensão revela que o debate sobre identidade não se limita à esfera conceitual, mas possui implicações diretas na organização curricular, na formação docente e na definição das estratégias pedagógicas.

Assim, compreender a identidade surda como fenômeno cultural implica reconhecer que a educação não pode restringir-se à adaptação curricular. Trata-se de repensar a própria estrutura escolar, considerando a Libras como língua de instrução, a visualidade como princípio organizador das práticas pedagógicas e a comunidade surda como referência cultural legítima. Somente a partir desse reconhecimento é possível superar processos de invisibilização e avançar na construção de práticas educacionais que valorizem a diferença como elemento constitutivo da diversidade humana.

Invisibilização da identidade surda nas práticas escolares

A análise dos estudos selecionados revela que a inclusão do estudante surdo na escola regular, embora respaldada por um arcabouço legal consistente, ainda se realiza, em muitos contextos, de maneira predominantemente integradora. Observa-se a presença física do aluno surdo no espaço escolar, mas não necessariamente o reconhecimento efetivo de sua identidade linguística e cultural. Essa discrepância entre acesso formal e reconhecimento simbólico constitui um dos principais desafios apontados na literatura contemporânea.

Diversas produções analisadas indicam que a organização pedagógica da escola permanece estruturada a partir de referenciais ouvintes, nos quais a língua portuguesa oral ocupa posição central. Mesmo quando há intérprete de Libras, a dinâmica da aula tende a manter-se orientada para a oralidade, com pouca adaptação metodológica à visualidade característica da cultura surda. Nesses casos, a Libras aparece como instrumento de tradução, e não como língua de instrução, o que limita sua potência formativa e identitária.

**IDENTIDADE LÍNGUÍSTICA E CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA:
ações pedagógicas para práticas inclusivas do aluno surdo**
Francisco Edviges Albuquerque; Lisanir Cardoso Chaves; Mariana Ferreira Albuquerque

Bolfe *et al.*, (2025) ressaltam que a Libras, quando compreendida apenas como recurso de acessibilidade, perde sua dimensão cultural e passa a desempenhar função compensatória. Tal perspectiva reduz a complexidade da língua de sinais e reforça a ideia de que o estudante surdo deve adaptar-se à estrutura previamente estabelecida, e não o contrário. Essa lógica contribui para a manutenção de práticas pedagógicas que, embora denominadas inclusivas, mantêm a centralidade da experiência ouvinte.

De modo semelhante, Santos, Mendes e Kodama (2023) apontam que a valorização das potencialidades do aluno surdo depende do reconhecimento da Libras como língua legítima de mediação do conhecimento. Quando esse reconhecimento não se concretiza, a participação do estudante torna-se limitada, afetando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar. A escola, nesse cenário, pode transformar-se em espaço de presença física, mas não de integração cultural.

A literatura também evidencia que a formação docente constitui fator determinante nesse processo. Muitos professores da educação básica relatam insegurança quanto ao uso da Libras e à adaptação de práticas pedagógicas à perspectiva bilíngue. Ferreira (2021) destaca que a ausência de formação específica contribui para a reprodução de estratégias tradicionais, nas quais o intérprete assume papel central, enquanto o docente mantém postura distante da dimensão linguística do estudante surdo. Essa fragmentação compromete a construção de práticas pedagógicas culturalmente sensíveis.

Destarte, observa-se que a implementação das políticas de inclusão nem sempre é acompanhada de mudanças estruturais no currículo e na organização escolar. A Base Nacional Comum Curricular (2018) reconhece a diversidade linguística e cultural, porém sua operacionalização no cotidiano das escolas depende de interpretações locais e de condições institucionais específicas. Quando a Libras não é incorporada como língua de instrução e quando a cultura surda não é tematizada nos conteúdos curriculares, perpetuam-se processos de apagamento cultural.

Roitberg (2019) evidencia que a escola pode assumir postura aparentemente neutra diante das diferenças, mas essa neutralidade, na prática, favorece a manutenção da hegemonia cultural ouvinte. A ausência de referências visuais adequadas, de materiais didáticos bilíngues e de espaços de interação em Libras contribui para a construção de um ambiente escolar no qual a identidade surda não encontra reconhecimento pleno. Tal cenário revela que a invisibilização não se manifesta apenas por exclusão explícita, mas também por omissão simbólica.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados refere-se à concepção de inclusão centrada na adaptação individual do aluno surdo, e não na transformação institucional. A lógica

adaptativa reforça a ideia de que o estudante é responsável por ajustar-se à estrutura existente, desconsiderando que a escola também precisa reorganizar-se para acolher a diferença linguística. Esse modelo tende a reproduzir desigualdades, uma vez que mantém a língua majoritária como parâmetro normativo.

A partir dessa análise, observa-se que a invisibilização da identidade surda nas práticas escolares não decorre necessariamente de intenções discriminatórias explícitas, mas de estruturas históricas consolidadas que privilegiam a perspectiva ouvinte. A manutenção da oralidade como eixo organizador das interações pedagógicas, a secundarização da Libras e a ausência de referências culturais surdas no currículo configuram mecanismos sutis de exclusão simbólica.

Portanto, a inclusão que não incorpora a dimensão linguística como elemento estruturante da prática pedagógica tende a produzir uma integração parcial, marcada por tensões entre presença física e reconhecimento cultural. A superação desse cenário exige não apenas o cumprimento de dispositivos legais, mas a reconfiguração das práticas educativas à luz da perspectiva bilíngue e do reconhecimento da cultura surda como parte constitutiva da diversidade escolar.

Educação bilíngue como estratégia de resistência e afirmação cultural

A análise dos estudos selecionados evidencia que a educação bilíngue para surdos não se configura apenas como modelo pedagógico alternativo, mas como posicionamento político e cultural diante da história de marginalização linguística vivenciada pela comunidade surda. Ao reconhecer a Libras como primeira língua e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, o paradigma bilíngue rompe com a lógica assimilacionista que historicamente orientou a escolarização de estudantes surdos.

Argolo e Francisco (2025) destacam que os avanços recentes nas políticas públicas brasileiras têm fortalecido a consolidação da educação bilíngue como direito linguístico. Contudo, as autoras também apontam que a implementação desse modelo ainda ocorre de forma desigual no território nacional, revelando disparidades regionais e limitações estruturais. Tal cenário demonstra que o reconhecimento legal, embora fundamental, não garante, por si só, a efetivação de práticas bilíngues consistentes.

Jesus *et al.*, (2024) reforçam que a educação bilíngue deve ser compreendida como política linguística que assegura ao estudante surdo o acesso ao conhecimento por meio de sua língua natural. Essa perspectiva desloca a Libras da condição de recurso adaptativo para o

estatuto de língua de instrução e de produção científica. Ao assumir esse papel, a língua de sinais torna-se instrumento de fortalecimento identitário e de participação social.

A emergência da modalidade de educação bilíngue no Brasil, conforme analisa Nunes (2024), está diretamente relacionada às mobilizações da comunidade surda e à consolidação de movimentos sociais que reivindicam o reconhecimento cultural. Assim, a educação bilíngue não surge apenas como decisão técnica de especialistas, mas como conquista política resultante de processos históricos de luta e afirmação. Essa dimensão histórica evidencia que o debate sobre bilinguismo está intrinsecamente ligado à construção da identidade coletiva.

Lopes, Rosa e Kraemer (2023) argumentam que a constituição de comunidades surdas e a defesa da educação bilíngue representam formas de resistência à homogeneização cultural promovida pela escola tradicional. Ao valorizar a Libras como língua de interação e aprendizagem, o modelo bilíngue amplia as possibilidades de participação do estudante surdo e contribui para a construção de um ambiente escolar mais plural.

O marco legal brasileiro fortalece essa perspectiva. A Lei nº 10.436/2002 reconhece oficialmente a Libras como meio legal de comunicação e expressão, enquanto o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta sua inclusão no sistema educacional, determinando a formação de professores e a oferta de educação bilíngue. Tais dispositivos não apenas legitimam a língua de sinais, mas também estabelecem diretrizes para sua incorporação no cotidiano escolar. Contudo, a análise da literatura indica que a distância entre normatização e prática ainda constitui desafio significativo.

A educação bilíngue, nesse contexto, ultrapassa a dimensão instrumental e assume caráter estruturante. Não se trata apenas de traduzir conteúdos, mas de reorganizar metodologias, currículos e relações pedagógicas à luz da visualidade e da experiência cultural surda. Isso implica reconhecer que a língua influencia a forma de acesso ao conhecimento e que a mediação pedagógica precisa respeitar essa especificidade.

Outrossim, a formação docente emerge como elemento central na consolidação do paradigma bilíngue. A ausência de profissionais qualificados e de políticas contínuas de formação dificulta a implementação de práticas que valorizem a Libras como língua de instrução. A literatura aponta que a efetividade da educação bilíngue depende da articulação entre políticas públicas, formação inicial e continuada e compromisso institucional das escolas.

A partir dos estudos analisados, observa-se que a educação bilíngue atua como mecanismo de enfrentamento aos processos de apagamento cultural identificados na seção anterior. Ao garantir espaço para a Libras no ambiente escolar, promove-se não apenas acessibilidade linguística, mas reconhecimento identitário. A língua, nesse sentido, torna-se

eixo de pertencimento e elemento de fortalecimento da autoestima e da participação social do estudante surdo.

Portanto, compreender a educação bilíngue como estratégia de resistência cultural significa reconhecer que a escola não é espaço neutro, mas campo de disputas simbólicas. Ao incorporar a Libras como língua de instrução e ao valorizar a cultura surda no currículo, a instituição escolar contribui para a construção de uma educação que respeita a diferença e amplia as possibilidades de aprendizagem.

A análise integrada dos estudos selecionados permite afirmar que a consolidação da educação bilíngue constitui condição essencial para a preservação e o fortalecimento da identidade surda. Quando a língua de sinais é reconhecida como eixo estruturante do processo educativo, rompe-se com a lógica assimilacionista e inaugura-se uma perspectiva que valoriza a diversidade linguística como riqueza social e cultural.

Desafios para a consolidação da educação bilíngue no Brasil

Embora os estudos analisados apontem a educação bilíngue como eixo estruturante para o fortalecimento da identidade surda, sua consolidação no cenário educacional brasileiro permanece atravessada por desafios de ordem política, institucional e formativa. A literatura evidencia que o reconhecimento normativo da Libras não se traduz automaticamente em práticas pedagógicas coerentes com a perspectiva bilíngue.

Um dos principais entraves refere-se à formação docente. O Decreto nº 5.626/2005 estabelece a obrigatoriedade da inclusão da Libras nos cursos de formação de professores, bem como a oferta de educação bilíngue para estudantes surdos. Contudo, a implementação dessas diretrizes ainda ocorre de forma desigual.

Muitos docentes da educação básica demonstram insegurança quanto à mediação pedagógica em contextos bilíngues, o que compromete a efetividade da proposta. Essa lacuna formativa tende a reforçar a dependência exclusiva do intérprete, deslocando para esse profissional a responsabilidade pela mediação do conhecimento (Ferreira, 2021, p. 76).

Além da formação, a organização curricular constitui desafio significativo. A educação bilíngue pressupõe reorganização das práticas pedagógicas a partir da visualidade e do reconhecimento da Libras como língua de instrução. Entretanto, conforme apontam Lopes, Rosa e Kraemer (2023), muitas escolas ainda operam sob lógica monolíngue, mantendo a língua portuguesa como centro estruturador do currículo. Essa configuração limita a participação ativa do estudante surdo e dificulta a construção de um ambiente educacional verdadeiramente bilíngue.

Argolo e Francisco (2025) ressaltam que, apesar da ampliação de programas de incentivo à formação de professores bilíngues, como iniciativas vinculadas à CAPES, persistem desigualdades regionais na oferta de educação bilíngue. A concentração de escolas bilíngues em determinadas regiões do país evidencia que o acesso a esse modelo educacional ainda não é universalizado. Tal cenário revela que a consolidação da educação bilíngue depende de políticas públicas articuladas e de investimentos contínuos.

Outro aspecto recorrente na literatura diz respeito à persistência de concepções pedagógicas baseadas na oralização como parâmetro de sucesso escolar. Skliar (2013) problematiza essa lógica ao afirmar que a escola historicamente construiu um ideal de normalidade centrado na experiência ouvinte, o que produz resistências à valorização plena da língua de sinais. Mesmo em contextos que se autodenominam inclusivos, observa-se a manutenção de práticas que subordinam a Libras à língua majoritária, reforçando processos de marginalização simbólica.

Perlin (2010) destaca que a identidade surda se constitui no reconhecimento linguístico e no pertencimento comunitário. Quando a escola não assegura espaço efetivo para a Libras como língua de instrução, fragiliza-se o processo de afirmação identitária. Nesse sentido, a consolidação da educação bilíngue exige não apenas adequações técnicas, mas transformação cultural das instituições escolares.

A produção de materiais didáticos bilíngues também se apresenta como desafio relevante. A ausência de recursos pedagógicos que integrem Libras e língua portuguesa de maneira articulada limita a implementação de propostas consistentes. Quadros (1997) enfatiza que o desenvolvimento cognitivo da criança surda depende do acesso pleno à língua de sinais desde os primeiros anos de escolarização. Assim, a escassez de materiais adequados compromete não apenas a aprendizagem, mas o próprio processo de constituição identitária.

Ademais, a consolidação da educação bilíngue requer articulação entre escola e comunidade surda. Strobel (2009) argumenta que a cultura surda se fortalece nos espaços de interação coletiva e no compartilhamento de experiências visuais. A ausência de interlocutores surdos no ambiente escolar ou a limitação do contato com referências culturais surdas reduz as possibilidades de construção de pertencimento. Portanto, a efetivação do paradigma bilíngue envolve também o reconhecimento da comunidade surda como parceira na construção das práticas educativas.

Os desafios identificados não invalidam os avanços alcançados, especialmente no campo legal. A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 representam marcos fundamentais ao reconhecer a Libras como língua legítima e ao estabelecer diretrizes para sua

inserção no sistema educacional. Entretanto, como indicam os estudos analisados, a distância entre normatização e prática evidencia que a consolidação da educação bilíngue depende de compromisso político, investimento institucional e mudança de paradigma pedagógico.

Posto isto, a educação bilíngue deve ser compreendida como projeto educacional que ultrapassa a dimensão instrumental da tradução. Trata-se de reorganizar o espaço escolar de modo a reconhecer a língua de sinais como elemento estruturante do processo educativo e da identidade cultural do estudante surdo. A superação dos desafios apresentados constitui passo indispensável para a construção de uma escola que não apenas inclua, mas reconheça e valorize a diferença linguística como parte constitutiva da diversidade humana.

Considerações finais:

O estudo permitiu analisar como a identidade linguística e cultural da comunidade surda tem sido abordada na produção científica contemporânea, evidenciando avanços significativos no reconhecimento da surdez como diferença cultural, mas também permanências estruturais que sustentam processos de invisibilização no contexto escolar.

As produções analisadas indicam que, embora o arcabouço legal brasileiro represente marco importante na garantia de direitos linguísticos, especialmente a partir do reconhecimento oficial da Libras e da regulamentação da educação bilíngue, a efetivação desses dispositivos ainda enfrenta desafios relacionados à organização pedagógica, à formação docente e à estrutura institucional das escolas. Observou-se que a inclusão formal do estudante surdo não assegura, por si só, o reconhecimento pleno de sua identidade cultural, sendo recorrente a manutenção de práticas centradas na lógica ouvinte.

A análise também demonstrou que a educação bilíngue emerge na literatura como estratégia fundamental de resistência e afirmação cultural. Ao reconhecer a Libras como língua de instrução e mediação do conhecimento, o paradigma bilíngue desloca o debate da adaptação individual para a transformação institucional. Tal perspectiva contribui para a superação de modelos assimilacionistas e para a valorização da diversidade linguística como elemento constitutivo da educação inclusiva.

Nesse sentido, confirma-se a tese de que a identidade surda ainda enfrenta processos de invisibilização nas práticas escolares contemporâneas, mesmo diante de avanços normativos. A educação bilíngue, portanto, não deve ser compreendida apenas como alternativa metodológica, mas como condição estruturante para a preservação e o fortalecimento da identidade cultural da comunidade surda.

Como limitação deste estudo, destaca-se o recorte temporal adotado e a concentração em produções predominantemente nacionais, o que pode restringir a análise comparativa com experiências internacionais. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o diálogo com estudos de outros contextos socioculturais e investiguem empiricamente a implementação de práticas bilíngues em diferentes regiões do país.

Conclui-se que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige o reconhecimento da Libras como eixo estruturante do processo educativo e o compromisso institucional com a valorização da cultura surda. Somente a partir da articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas culturalmente sensíveis será possível transformar a escola em espaço de pertencimento, reconhecimento e equidade linguística.

REFERÊNCIAS

- ARGOLO, Mariana Alonso; FRANCISCO, Gildete da S. Amorim Mendes. Avanços e perspectivas da educação bilíngue de surdos no Brasil. **Ensaios Pedagógicos** (Sorocaba), v. 9, n. 1, p. 41–65, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/370>. Acesso em: 16 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.14244/enp.v9i1.370>.
- BOLFE, Sandra Oclidia et al. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) como instrumento de inclusão do aluno surdo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], p. 20–70, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11049>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- CLEMENTE, Érica dos Santos. **Desafios do aluno surdo: experiências inclusivas na escola** José Rodrigues da Costa. 2025. 38 f. Monografia (Graduação em Ciências Naturais – Química) – Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2025.
- CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva da; PRADO, Rosana. História da educação de surdos e as atuais perspectivas para o ensino de habilidades de leitura e escrita. **Revista Inter-Ação**, v. 43, n. 3, p. 801–818, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v43i3.50811>.
- FERREIRA, Arnaldo Machado. Desafios e relevâncias pedagógicas para a inclusão do aluno surdo no ambiente escolar. **Revista Conexões de Saberes**, v. 5, n. 1, p. 129–143, 2021.

- FERREIRA, Maria Concilena de Assunção; BASTOS, Jaqueline Mendes. **Práticas pedagógicas inclusivas mediadas por Libras: experiências e desafios no ensino fundamental.** American Research, Education and Review (AREV), v. 7, n. 9, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n9-054>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- JESUS, Francislene Cerqueira et al. Educação bilíngue para pessoas surdas: do que estamos falando e como acontece no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 2, p. 1–15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n2-040>.
- LOPES, Luciane Bresciani; ROSA, Emiliana Faria; KRAEMER, Graciele Marjana. Comunidades surdas: a educação bilíngue de surdos no Brasil. **ReVEL**, ed. esp., v. 21, n. 20, 2023.
- NUNES, Juliane Andresa Alves. **A emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil.** 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- PERLIN, Gladis. **Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.
- ROITBERG, Ana Paula Mattos Penedo. **Cultura surda em uma escola indiferente às diferenças.** 2019. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SANTOS, Sylvana Karla da Silva de Lemos; MENDES, Núbia Flávia Oliveira; KODAMA, Queila Pahim. Práticas pedagógicas na educação inclusiva e na educação de surdos: um estudo sobre o incentivo das potencialidades. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686x69929>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
- STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.